

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Álvaro de Barros, nº 401 – Centro – CEP: 36 550-000

CNPJ: 18.132.464/0001-17

Telefone: (32)3555-1214 – Email: licitacao.prefeituracoimbra@gmail.com



Processo Administrativo nº 071/2026

Inexigibilidade nº 021/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 073/2026**TERMO CONTRATUAL QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
COIMBRA E A EMPRESA 59.642.575
MARCO TULIO DA SILVA FRANCA.**

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços e, na melhor forma de direito, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA, ESTADO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Álvaro de Barros, Nº 401, Centro, Coimbra-MG, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 18.132.464/0001-17, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Diretor Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, Sr. **DOUGLAS JOSÉ PAIVA DE QUEIROZ GONÇALVES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Maria das Neves de Jesus, nº 130, Apto 31, Bairro Fátima, na cidade de Viçosa/MG, CEP: 36.572-174, inscrito no CPF sob o nº 115.532.596-61, portador da Cédula de Identidade nº MG-17.996.801-PC/MG, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa **59.642.575 MARCO TULIO DA SILVA FRANCA**, inscrita no CNPJ sob o nº 59.642.575/0001-50, com sede na Rua Itamogi, nº 120, Bairro Colégio Batista, na cidade de Belo Horizonte-MG, CEP: 31.110-250, neste ato representada pelo seu Representante Legal, o Sr. **MARCO TULIO DA SILVA FRANCA**, brasileiro, empresário, estado civil não informado, inscrito no CPF sob o nº 682.333.106-20, residente e domiciliado na Rua Itamogi, nº 120, Bairro Colégio Batista, na cidade de Belo Horizonte-MG, CEP: 31.110-250, denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as cláusulas e condições seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1- Este contrato tem por objeto, conforme **Inexigibilidade de Licitação n.º 021/2026**, a Contratação de empresas especializadas em eventos artísticos para a organização de um show, sendo gratuito a população, com duração mínima de 02:00 (duas horas) na Praça Álvaro de Barros, em Coimbra-MG, durante o “Festival Sabores de Coimbra 2026” no dia 05 de junho de 2026. O evento contará com a presença de artistas renomados, incluindo a “**Banda Urbana 2**”. O horário específico do show será às 22:00 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DO EVENTO:

2.1- A apresentação artística a que se refere a cláusula anterior será realizada na Praça Álvaro de Barros, em Coimbra-MG.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR A SER PAGO:

3.1- Pela prestação do serviço, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, a quantia líquida e certa de **R\$ 10.0000** (dez mil reais), o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, pelo Setor Municipal de Finança, contados após a emissão da nota fiscal e anexo de todo kit de documentos referente à contratação dos serviços.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA ESTADO DE MINAS GERAIS Rua Álvaro de Barros, nº 401 – Centro – CEP: 36 550-000 CNPJ: 18.132.464/0001-17 Telefone: (32)3555-1214 – Email: licitacao.prefeituracoimbra@gmail.com</p>	
Processo Administrativo nº 071/2026		Inexigibilidade nº 021/2026
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 073/2026		

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1- Os recursos orçamentários para o atendimento das despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento geral desta Prefeitura Municipal para o exercício de 2026, na seguinte rubrica:

Dotação	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.2.04.02.13.392.0009.2.0034	1.500-000	REALIZAÇÃO DE FESTAS CÍVICAS E POPULARES	R\$ 10.000,00

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES:

5.1- Em sendo a **CONTRATADA** pessoa jurídica de Direito Privado, tendo a seu serviço pessoas a ela ligadas em relação empregatícia, as despesas referentes a encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**, ficando desde já avençado, a desobrigação por conta da **CONTRATANTE** de qualquer reivindicação judicial sobre os encargos advindos da execução do presente contrato, nos termos do artigo 121, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES:

6.1- O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal no 14.133/21, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Parágrafo Único - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

- a) Advertência, por escrito;
- b) Multa sobre o valor da contratação;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Responsabilização pelos prejuízos causados a **CONTRATANTE**, decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência quando devidamente comprovadas;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou;
- f) Pela inexecução total da obrigação, a **CONTRATANTE** rescindir o contrato e poderá aplicar multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- g) Em caso de inexecução parcial da obrigação, a **CONTRATANTE** poderá aplicar o percentual de 0,5% (cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

7.1- Em caso de rescisão do presente instrumento, a parte que der causa será penalizada com multa de 50% (cinquenta por cento), do valor estabelecido para o presente contrato.



	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA ESTADO DE MINAS GERAIS Rua Álvaro de Barros, nº 401 – Centro – CEP: 36 550-000 CNPJ: 18.132.464/0001-17 Telefone: (32)3555-1214 – Email: licitacao.prefeituracoimbra@gmail.com</p>	
Processo Administrativo nº 071/2026		Inexigibilidade nº 021/2026
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 073/2026		

CLÁUSULA OITAVA – DO IMPOSTO A SER RECOLHIDO:

8.1- Do valor da fatura, a **CONTRATANTE** reterá a importância correspondente ao Imposto sobre Serviço – I.S.S.Q.N, nos termos da Lei Municipal (Código Tributário), deste Município.

8.1.1- No caso se a empresa contratada for Microempreendedor Individual-MEI, não ocorrerá a retenção.

8.2- A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 427/2023 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

8.3- As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS:

9.1- Correrá por conta da **CONTRATANTE** as despesas necessárias para obtenção de alvarás junto aos poderes públicos, direitos autorais, das entidades arrecadoras e outras visando à realização do espetáculo, salvo obrigações específicas da **CONTRATADA**.

9.2 - A empresa **CONTRATADA** ficará responsável pelas despesas de transporte, alimentação, montagem e desmontagem de equipamentos e operação de efeitos especiais, como outras despesas que venha a ocorrer.

CLÁUSULA DECIMA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

10.1- O presente Contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo Administrativo iniciado no dia **02/06/2026**, com vigência final no dia **02/09/2026**, na modalidade de **Inexigibilidade de Licitação Nº 021/2026** e seus respectivos anexos, bem como a proposta de preços vencedora, que fazem parte integrante deste Contrato independentemente de sua transcrição.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

11.1- A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo Sr. **Douglas José Paiva de Queiroz Gonçalves**, neste ato denominado fiscal, ou por gestora suplente do Contrato, conforme consta no Documento de Formalização de Demanda-DFD, devidamente credenciada pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela **CONTRATANTE** a seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO LEGAL:

12.1- Aplica-se a Lei nº 14.133, com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.



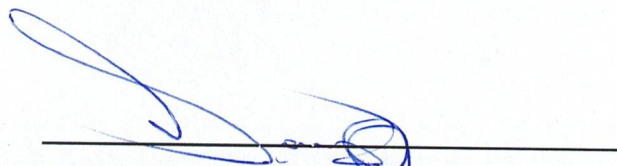
	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA ESTADO DE MINAS GERAIS Rua Álvaro de Barros, nº 401 – Centro – CEP: 36 550-000 CNPJ: 18.132.464/0001-17 Telefone: (32)3555-1214 – Email: licitacao.prefeituracoimbra@gmail.com</p>	
Processo Administrativo nº 071/2026		Inexigibilidade nº 021/2026
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 073/2026		

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:


13.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Viçosa-MG, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Coimbra-MG, 02 de junho de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
DOUGLAS JOSÉ PAIVA DE QUEIROZ GONÇALVES
DIRETOR DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente
 **MARCO TULIO DA SILVA FRANCA**
Data: 03/05/2026 13:02:57-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

59.642.575 MARCO TULIO DA SILVA FRANCA
MARCO TULIO DA SILVA FRANCA REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) Eduardo Thinius Peixoto Watonck CPF: 099.847.186-03

2) MARIA EDUARDA AVELINO CABRAL CPF: 183.344.046-04